

Operação Vigilância Aproximada

Investigado por espionagem é assistente de senador bolsonarista

Advogado suspeito de ter feito relatório que liga ministros do STF ao PCC trabalha no gabinete de Alan Rick, do União Brasil

JULIANO GALISI

Um dos alvos da operação da Polícia Federal que investiga suspeita de espionagens ilegais na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) trabalha como assessor de um aliado do ex-presidente. O advogado Ricardo Wright Minussi Macedo é apontado pela PF como autor de um relatório apócrifo que buscava vincular ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Ricardo Wright é assistente parlamentar do senador Alan Rick (União Brasil-AC), apoiador de Bolsonaro. A informação foi divulgada pelo site Poder360 e confirmada pelo *Estado*. O advogado é citado no despacho do ministro do Supremo Alexandre de Moraes que autorizou a Operação Vigilância Aproximada – o principal alvo da ofensiva, aberta anteontem, foi o ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem, hoje deputado (PL-RJ).



O advogado Ricardo Wright Minussi Macedo, alvo da PF; ele é funcionário comissionado no Senado

No documento de Moraes, é atribuída a Ricardo Wright a autoria de um arquivo de texto denominado *Prévia Nini.docx*. De acordo com os investigadores, trata-se de relatório que tenta relacionar os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo, a integrantes do PCC. Informações com esse conteúdo falso chegaram a circular em grupos bolsonaristas.

Conforme a PF, no governo passado, foi instalada uma “estrutura paralela” na agência de inteligência para monitorar

pessoas consideradas adversárias de Bolsonaro e favorecer filhos do ex-presidente. “As ações apresentaram viés político de grave ordem representando mais um evento de instrumentalização da Agência Brasileira de Inteligência”, sustentou a corporação.

CARGO. O advogado Ricardo Wright é funcionário comissionado do gabinete de Alan Rick – ele foi nomeado pelo próprio senador para as funções que exerce atualmente. O assistente parlamentar júnior já traba-

lhava para Rick desde junho de 2021, quando o acriano era deputado federal. Com a ida de Rick para o Senado, Ricardo Wright acompanhou o senador na mudança de Casa Legislativa. Além disso, o advogado já representou o parlamentar do União Brasil em pelo menos cinco processos judiciais.

‘MAL-ENTENDIDO’. Em nota, a assessoria de Alan Rick disse que o senador não tem “qualquer gerência sobre as atividades privadas dos servidores”. “Após tomar conhecimento do noticiado, fui informado de que, no âmbito de sua atuação advocatícia privada, ele prestou serviços à Associação dos Servidores da Abin”, declarou Rick. “Não tenho qualquer gerência sobre as atividades privadas dos meus servidores.”

O senador afirmou ainda que confia na Justiça. “Tenho certeza de que as investigações demonstrarão que a veiculação do nome dele nessa investigação não passa de um mal-entendido”, disse Rick. Procurado, Ricardo Wright não havia se manifestado até a noite de ontem.

BLOQUEIO. Após dois mandatos consecutivos como deputado federal pelo Acre, Alan Rick foi eleito senador nas eleições de 2022. Ele é jornalista, apresentador de TV e pastor evangélico. No começo do ano passado, Rick chegou a ter contas nas redes sociais bloqueadas sob suspeita de apoiar os atos do 8 de Janeiro. O ministro Alexandre de Moraes só liberou o acesso do parlamentar às redes depois de um pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). ●

“Não tenho qualquer gerência sobre as atividades privadas dos meus servidores (...). Tenho certeza de que as investigações demonstrarão que a veiculação do nome dele nessa investigação não passa de um mal-entendido”

Alan Rick (União Brasil-AC) Senador

ESTADÃO

Itaú
PersonnalitéESTADÃO
BLUE STUDIOUm projeto
ONDE INVESTIR

MorningCall

Os principais acontecimentos que impactam os seus investimentos

TODAS AS
SEGUNDAS-FEIRAS
AS 9H15



Martin Iglesias
Professor e especialista
líder em Investimentos e
Alocação de Ativos do
Itaú Personnalité

MEDIACÃO
Michelle
Trombelli
Jornalista

Assista pelas mídias sociais do Estadão e do Itaú Personnalité

@itaupersonallite
@estadão

PF apura se ‘Abin paralela’ invadiu computadores

A Polícia Federal investiga se a “estrutura paralela” instalada na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo de Jair Bolsonaro (PL) usou de forma indevida outras ferramentas de espionagem, além do software First Mile, que permite o monitoramento de geolocalização de telefones celulares em tempo real.

Documentos apreendidos na Operação Última Milha, deflagrada em outubro de 2023, indicam que outros programas podem ter sido mobilizados em nome de interesses pessoais e políticos do ex-presidente.

A PF afirma ter encontrado anotações compatíveis com a ferramenta Cobalt Strike, que pode ser usada para invadir computadores. O aplicativo LTESniffer, que intercepta tráfego em

redes 4G, é outro que, segundo a PF, pode ter sido usado.

Até o momento, a PF afirma que o software First Mile foi usado mais de 60 mil vezes pela Abin entre fevereiro de 2019 e abril de 2021. O programa não permite o grampo de mensagens e ligações, mas dá acesso à geolocalização em tempo real e a dados pessoais registrados nas operadoras de telefonia. A capacidade de monitoramentos simultâneos do programa ainda é investigada.

A Operação Última Milha teve um desdobramento anteontem, quando agentes vasculharam endereços de suspeitos de participação em espionagens ilegais na agência de inteligência. Em outubro, a PF prendeu dois servidores da Abin que usaram indevidamente o sistema de geolocalização de celulares do órgão para coerção. ●

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO

pressreader